

O Amazonas e a Integração SubRegional

Nilson Pimentel (*)

06/1/2017

E o ano de 2017 começou.

O que vimos nessas poucas horas foram poses e discursos repetidos e vazios de prefeitos que assumem Prefeituras de Municípios em precárias situações econômicas e políticas, muitos daqueles nem conhecem ou sabem da dimensão dos problemas e até mesmo da gravidade e dificuldades que irão enfrentar com economias municipais estagnadas e outras em endêmicas paralizações há tempos.

Governar alguns Municípios do Amazonas sem ter as mínimas condições de melhorias é reprisar o que se passou nos últimos anos sobre total ausência de programas e projetos de desenvolvimento econômico regional que pudessem resgatar as frágeis economias interioranas.

Quando se ouvia os discursos de pose tínhamos a certeza que estávamos ouvindo reprises de ineficiência nas gestões municipais já acontecidas anteriormente.

Estivemos observando empiricamente que a última safra de prefeitos que deixaram os Municípios amazonenses nesse primeiro dia de 2017, sem grande margem de erro, foi a pior que passou nos últimos 20 anos nos governos municipais do Amazonas.

A estagnação econômica que se encontram os municípios, também é creditada aos prefeitos que por lá passaram, e não somente por ausências de políticas públicas do governo estadual, principalmente, mas por incompetências dos prefeitos municipais passantes.

Então, como vencer ou minimizar a crise que o Município se encontra? Certamente não será com discursos voltados ao passado, com críticas ao alcaide anterior como se fosse possível mudar o passado.

Contudo, os novos prefeitos haverão de ter competência à eficiência da gestão pública, com redução do custo político da 'máquina' e da área administrativa, com otimização dos recursos, e com competência de liderança estabelecendo uma governança municipal efetiva.

Terão que estabelecer um Planejamento Estratégico Econômico (PEE), no qual foque em programas e projetos como caminhos do desenvolvimento econômico endógeno.

Como discutem os economistas do Clube de Economia da Amazônia (CEA), no Amazonas já existem alguns estudos, pesquisas e trabalhos científicos e técnicos sobre as potencialidades que o manancial que encerra o bioma amazônico poderá oferecer em termos de exploração dentro da racionalidade econômica, sem resvalar no empirismo de extrativismo predatório que se pratica até hoje no Amazonas.

Por outro lado, fazer o desenvolvimento econômico regional em macrorregião como a do estado amazonense, não é nada fácil, mas um desafio à inteligência da gestão pública.

Ainda não se viu em nenhum momento, depois da implementação do projeto Zona Franca e seus montantes de recursos carreados ao tesouro estadual e aos fundos constitucionais colocados nas legislações dos Incentivos Fiscais do Amazonas, que alguns programas e projetos que tenham sido delineados alguns modelos metodológicos de atuação que integrasse convergências, interações e sinergias, que tornasse os projetos factíveis, economicamente (cadeias produtivas, fluxos econômicos, escalas, canais de distribuição, etc, etc, etc), entre as sub-regiões geopolíticas que o Amazonas está dividido.

Em nada adiantará escavar tanques para criar peixes em quaisquer municípios como “vontades politiqueiras” de quem não sabe por onde caminhar, de quem não acredita no instrumento eficiente de Gestão – o Planejamento Econômico Estratégico, de quem não acredita no capital intelectual do quadro de servidores públicos do Amazonas, de quem desestrutura organizacionalmente a administração pública estadual, de quem prefere falatórios a conhecimentos científicos, tecnológicos e inovativos que sustentam os programas, projetos, estudos técnicos que se assentam na administração pública.

É, assim, não existe essa estória de matriz econômica ambiental, com se um título pomposo sem essência alguma de conhecimentos, em técnicas e em experiências profissionais fosse, num passe de mágica, capaz de realizar algum processo de desenvolvimento econômico regional. Nesses últimos 50 anos no Amazonas já se viu variadas ‘arrancadas’ do tipo, sem que desse algum resultado ou mesmo não tendo sido nem implementada alguma ação.

Assim, senhores prefeitos, resgatar as economias municipais da estagnação e alavancar os Municípios a um patamar com processo de desenvolvimento econômico dependerá exclusivamente da competência de gestão que os senhores poderão implementar em seus Municípios.

Quando em discussão no CEA, os economistas desenvolvimentistas sempre colocam que modelos de desenvolvimento regional existem e são comprovados por realizações e implementações em diversas regiões do mundo, haja vista que a escolha da localização de alguma atividade econômica busca definir as questões que afetam a decisão locacional dos agentes econômicos envolvidos.

Portanto, as atividades econômicas devem uma análise locacional dentro dos três setores da economia e mais modernamente as atividades específicas da indústria do turismo.

Por isso que há toda preocupação em analisar como se distribui as atividades agrícolas em torno dos centros urbanos, em função do custo de transporte, dos canais de distribuição, proximidades de mercado de consumo e acesso à oferta de fatores de produção.

Portanto, a forma de apropriação do uso da área espacial de localização é promotora de uma estrutura espacial, ou seja, a concorrência não planejada entre produtores (minimização dos custos e conseqüente maximização da renda para produtores, definida como a receita residual) define o uso determinante daquele espaço territorial e se manifesta a nível espacial sub-regional.

É dessa forma que se concentra a preocupação principal por encontrar-se na determinação de como será a composição dessas atividades econômicas, em torno dos centros urbanos, e da composição de culturas que maximiza a renda da terra, a qual depende, em cada estágio, da distância do mercado de consumo.

Ressaltando-se que as culturas agrícolas poderão se distribuir em anéis concêntricos em torno dos centros urbanos, sendo que, face ao aumento dos custos de transporte, as culturas mais efetivas ou nobres em consumo tenderão a ocupar os círculos mais próximos ao núcleo central, podendo as curvas mais externas ser ocupadas por culturas de menor rendimento, porém com custos de transporte menos onerosos.

No entanto, com raras exceções, não existe desenvolvimento econômico sem processos de industrialização em quaisquer estágios.

O que para os especialistas, a localização das atividades industriais decorre, preponderantemente, de três fatores básicos:

- a) o custo de transporte;
- b) o custo de mão de obra, considerados fatores específicos (regionais e sub-regionais), ou seja, economias de

custos que poderiam ser auferidos por um número reduzido de indústrias; e
c) a economia de custo que poderia ser auferida por qualquer indústria de acordo com a escala geoeconômica em que atua, denominado de forças de aglomeração e desaglomeração (economia e deseconomia de escala, economia e deseconomia de localização e economia e deseconomia de urbanização).

Alguns fatores determinantes regionais são capazes de explicar a escolha locacional entre regiões e sub-regiões (incentivos fiscais e mercado de fatores, dentre alguns) e, o fator determinante geral seria capaz de explicar a concentração ou dispersão da indústria em uma dada região ou sub-região, como no estado do Amazonas, que poderão ser forças aglomerativas ou não.

Em determinadas análises, se poderá determinar, como por exemplo:

- 1) a influência dos custos de transporte;
- 2) do fator mão de obra;
- 3) da oferta de matérias primas, e

Compondo-se em que as localizações das fontes de matéria prima são dadas e conhecidas; a posição e o tamanho dos mercados consumidores são dados e conhecidos; a mão de obra pode ser encontrada em oferta a uma taxa de salários determinada, e etc, diante do que se pressupõe que a localização ótima é aquela que proporciona o menor custo de produção possível (da matéria-prima para as fábricas e dos produtos finais para o mercado), sendo o fator transporte o aspecto fundamental desses custos.

() Economista, Engenheiro e Administrador de empresas, com pós-graduação: MBA in Management (FGV), Engenharia Econômica (UFRJ), Planejamento Estratégico (FGV), Consultoria Industrial (UNICAMP), Mestre em Economia (FGV), Doutor em Economia, Consultor Empresarial e Professor Universitário: nilsonpimentel@uol.com.br.*